

Tiago Melo: O 'Justiça em Números' precisa ser celebrado

O início do segundo semestre tem se tornado um período de alta expectativa no meio jurídico com a publicação anual do [relatório "Justiça em Números"](#), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Neste ano não foi diferente, com a publicação feita em 24 de agosto e a liberação da base de dados no último dia 26. Desconheço no mundo um instrumento tão efetivo em termos de publicidade de estatísticas judiciárias quanto o "Justiça em Números", por sua relevância, longa série histórica (desde 2009), abrangência em termos de áreas contempladas (financeira, litigância, pessoal, produtividade e ~~...~~ instâncias, lotações, fases processuais e áreas).



O "Justiça em Números" tem regras e memórias de cálculo

claras e objetivas e um processo de validação e higienização de dados recebidos dos tribunais. Contempla inclusive indicadores construídos de forma bastante sofisticada, como é o caso do IPC-Jus, que usa a técnica de Data Envelopment Analysis (DEA) e tem o código disponibilizado em linguagem R.

O relatório publicado tem um alto nível técnico, tanto em termos de conteúdo quanto de apresentação gráfica. Os painéis de *business intelligence* disponibilizados também são excelentes. Existem alguns pontos de melhoria, como dados por classes e assuntos processuais, períodos mais curtos que o anual e cortes geográficos além do estadual. Mas o que já existe é motivo de comemoração para pesquisadores e interessados no assunto.

Isso me faz refletir no quanto o CNJ é bom nesse tipo de mobilização e quão bem cabem na vida real suas prerrogativas de: garantia de alinhamento estratégico, precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário e fomento à interação e à troca de experiências entre os tribunais.

Se os colegas do CNJ me permitirem uma dica, peço que foquem cada vez nesses três pontos mencionados. Os tribunais querem e precisam de ajuda para conhecer as melhores práticas de outros tribunais. Eles precisam de ajuda para homogeneizar e uniformizar a contabilização dessas estatísticas, tanto em termos de coleta quanto de sua interpretação. Também esperam contribuições para que os sistemas que escolheram utilizar se comuniquem de forma mais fluida com todo o ecossistema. Há um clamor por mais padrões de interoperabilidade.

Aqui na Softplan, onde desenvolvemos o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), utilizado em seis

Tribunais de Justiça, seis Ministérios Públicos e mais de 70 procuradorias jurídicas, a gente devora esses números como se não houvesse amanhã. Elaboramos relatórios detalhados e os compartilhamos com nossos clientes e colegas.

Exploramos análises comparativas entre tribunais similares e com a média dos resultados de cada porte. Extrapolamos as séries históricas para simular cenários futuros e identificamos *cases* e boas práticas para análises mais aprofundadas. E, claro, também aproveitamos para correlacionar resultados com o uso de recursos e funcionalidades do nosso SAJ, capturando oportunidades de melhorias e novas implementações. Os resultados do "Justiça em Números" rendem discussões internas, especificações de novas soluções, linhas de código, reuniões, visitas técnicas e mudanças regimentais em tribunais.

Os dados do "Justiça em Números" permitem análises complexas e aprimoradas. A partir dessa rica série de dados, é possível usar métodos estatísticos de predição de eventos, simulação de cenários e encontrar correlações e relações de causa e efeito entre variáveis, não perceptíveis a olho nu. Em resumo, trata-se de um material muito rico, que fornece informações essenciais para que as instituições e as empresas parceiras invistam ainda mais a prestação de serviços à sociedade. É uma iniciativa sem par no mundo, fruto de um esforço sobre-humano do CNJ, que precisa ser celebrada a cada novo relatório.

Date Created

01/10/2020